



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança do Partido Socialismo e Liberdade

Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

REQUERIMENTO DE CONVOCAÇÃO nº _____ de 2019

(Das Senhoras Luiza Erundina e Sâmia Bomfim)

Requer a convocação do Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, Sr. Marcos Pontes, para comparecer a esta Comissão de Ciência e Tecnologia a fim de explicar as informações que constam de documentos produzidos por um grupo de trabalho formado por onze ministérios, demonstrando que está em fase avançada um plano de remoção de cerca de 350 famílias quilombolas de Alcântara, no Maranhão, ao contrário do que havia dito anteriormente o ministro, bem como sua entrevista em que admite a possibilidade de fusão entre Capes e CNPQ.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma do art. 219, inc. I, §§1º e 2º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados - RICD, que, ouvido o plenário desta Comissão de Ciência e Tecnologia, sejam adotadas as providências necessárias para a convocação do Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, Sr. Marcos Pontes, para comparecer a esta Comissão de Ciência e Tecnologia a fim de explicar as informações que constam de documentos produzidos por um grupo de trabalho formado por onze ministérios, demonstrando que está em fase avançada um plano de remoção de cerca de 350 no Maranhão, ao contrário do que havia dito anteriormente o ministro, bem como sua entrevista em que admite a possibilidade de fusão entre Capes e CNPQ.



JUSTIFICAÇÃO

Reportagem do jornal Folha de S. Paulo de 11 de outubro¹ revela que está em fase avançada um plano de remoção de cerca de 350 famílias quilombolas de Alcântara, no Maranhão. As informações foram obtidas em uma série de documentos produzidos por um grupo de trabalho formado por 11 ministérios, aos quais o jornal teve acesso. O objetivo seria permitir a ampliação do CLA (Centro de Lançamentos), alugando espaços para operações de outros países, como os EUA.

As informações são graves, pois contradizem a versão apresentada por escrito e pessoalmente pelo ministro da Ciência e Tecnologia, astronauta Marcos Pontes, aqui nesta Casa: "Quanto à pergunta sobre se haverá a expansão da área, devo dizer que não. A área estabelecida do centro é aquela já definida. Não existe uma questão de expansão".

O PSOL fez esta pergunta também oficialmente, por meio de Requerimento de Informação, cuja resposta, em 23 de maio, confirmou a negativa: "não se pode afirmar que populações locais interessadas serão diretamente afetadas por ele [acordo]".

O grupo responsável pelos documentos, segundo o jornal, é formado por onze ministérios, órgãos como o Incra, e fundações como a Palmares. E fazem parte dos textos mapas e atas das conversas que mostram todo o plano de expansão da área e a conseqüente retirada das famílias, o que poderia ocorrer até setembro de 2020!

A Folha cita como exemplo um trecho de prova clara do plano do governo em documento do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH): "Será necessário realizar o deslocamento de famílias (aproximadamente 350) de alguns quilombos de Alcântara para áreas mais distantes da faixa litorânea, onde outras comunidades já se encontram situados". Informação escamoteada até o presente momento. O que denota a ciência do governo em relação ao prejuízo que sua ação causará em diversas famílias quilombolas.

O mais chocante é que, segundo o jornal, já está inclusive pronta até mesmo uma campanha de marketing para redes sociais, com intuito de convencer

¹ <https://www1.folha.uol.com.br/amp/ciencia/2019/10/documentos-contradizem-versao-de-ministro-sobre-ampliacao-de-base-de-alcantara.shtml>



os moradores a aprovarem as remoções. Com a hashtag “Alcântara Ajudando o Brasil”, a campanha mostra um morador negro sorrindo ao lado de textos como: “Alcântara, gerando benefícios a todos!”. Um deboche para com a população local. Sabendo da resistência das pessoas, o governo sugere “iniciar um movimento social de apoio e replicação de discurso otimista para integrar as comunidades e sociedade como um todo sobre a relevância do tema”.

Um outro documento produzido pela Sepir (Secretaria Nacional de Promoção de Igualdade Racial), vinculada ao MMFDH e citado pela Folha, propõe criar uma “Linha de diálogo” que teria como uma das metas: “Recuperar a credibilidade do Estado junto às comunidades: ganhar corações e mentes”.

Os termos usados em vários dos documentos, como “diálogos” e “conversas”, desconsideram um protocolo de consulta já estabelecido pelos próprios quilombolas com base na Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), que prevê que qualquer ação do Estado que afete comunidades tradicionais deve ser objeto de um processo de consulta prévia, livre e informada. Consulta a ser assegurada pela Justiça brasileira.

Na mesma semana da mesma reportagem, em entrevista ao jornal Correio Braziliense² do dia 09/10/2019, o ministro Marcos Pontes também admitiu a fusão do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) em uma só agência, estritamente “do ponto de vista econômico” e desde que sob o guarda-chuva institucional do MCTIC. Um absurdo, pois, como se sabe, a principal competência da CAPES é a formação de recursos humanos altamente qualificados e a avaliação dos cursos de pós-graduação, ao passo que o CNPq tem como função primeira a formação de pesquisadores e o fomento à pesquisa científica e tecnológica.

Em nota pública, a Associação dos Servidores do CNPQ lembra que há 68 anos, desde sua fundação, a instituição vem fomentando a pesquisa de forma regular e sistemática, não apenas concedendo bolsas e auxílios aos pesquisadores, mas também investindo em laboratórios, centros e institutos de pesquisa e em universidades Brasil afora.

Segundo a nota, o ministro afirma ter “tanta gente fazendo a mesma coisa” no CNPq e dá a entender que, para além de um alegado excesso de pessoal, as despesas administrativas do órgão, como o aluguel, são o que têm gerado a crise

² <https://oglobo.globo.com/sociedade/governo-estuda-fusao-de-capes-cnpq-entidades-reagem-24011450>



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade

financeira do Conselho. A Associação ressalta que do reduzido orçamento do CNPq em 2019 (o menor dos últimos 10 anos) apenas 0,90% foi destinado ao pagamento do aluguel (o custo administrativo do CNPq atualmente representa 7,3% de seu orçamento).

Em carta conjunta ao governo, no último dia 11 de outubro, 14 entidades - Academia Brasileira de Ciências (ABC) Academia Nacional de Engenharia (ANE) Academia Nacional de Medicina (ANM) Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica e Inovação (ABIPTI) Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM) Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Inovação (ANPROTEC) Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (CONFIES) Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF) Conselho Nacional de Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (CONFAP) Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia (FORTEC) Rede Brasileira de Cidades Inteligentes e Humanas (RBCIH) Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) – alertam que “a proposta de fusão do CNPq e CAPES, se efetivada, poderá trazer consequências comprometedoras, tanto para o sistema de ensino brasileiro como para o sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação. Seria uma medida equivocada sob todos aspectos já que as duas instituições, criadas e desenvolvidas ao longo de mais de seis décadas, têm missões bastante claras e complementares, que funcionam como pilares do sistema educacional e científico do País”.

Por todo o exposto, consideramos fundamental e urgente que o Exmo. Sr. Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia compareça a esta Comissão para explicar declarações tão polêmicas dadas quase que ao mesmo tempo, e que deixam a sociedade aflita e preocupada com a contradição entre o que o governo fala e faz. Por isso, solicitamos aos nobres pares a aprovação deste Requerimento.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança do Partido Socialismo e Liberdade

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 2019.

Luiza Erundina
PSOL/SP

Sâmia Bomfim
PSOL/SP